



Associação Alagoana de Magistrados – ALMAGIS
Assessoria de Comunicação – Clipping Diário

Clipping-Diário

Veículo
Tribuna Independente

Data
Sexta-feira, 06 de novembro de 2009

TJ mantém vereadores do Pilar afastados

Desembargadora rejeita recurso de acusados na Operação Pesca Bagre

ASSESSORIA

Uma decisão em caráter liminar da desembargadora Nelma Padilha, da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL), manteve o afastamento dos vereadores do município de Pilar presos durante a Operação Pesca Bagre, acusados de desviar cerca de R\$ 2,6 milhões do Legislativo municipal. A magistrada manteve também a indisponibilidade dos bens dos parlamentares.

Amaro Veloso da Silva, Geraldo Cavalcante da Silva, Phylippe Avelino de Castro Lopes, Benedito Cavalcante de Barros Neto, Patrícia Rocha, Roberto Cavalcante da Silva e Luís Carlos Omena foram afastados em julho deste ano, após prisão baseada nas investigações do Grupo Estadual de Combate às Organizações Criminosas (Gecoc).

Em sua decisão, a desembargadora ressaltou seu desalento, na condição de relatora do agravo de instrumento impetrado pelos vereadores, “ao ter que con-

duzir mais um feito com denúncias de malversação do dinheiro público e de enriquecimento sem causa dos supostos envolvidos, em contraposição à miséria de inúmeros da população”.

Para Nelma Padilha, o argumento usado pela defesa dos acusados no sentido de que o parlamentar, por exercer mandato, não estaria sujeito ao afastamento previsto na Lei de Improbidade Administrativa, não deve prosperar.

“Entendo plenamente possível o afastamento de parlamentar por ato do Poder Judiciário. Primeiro, porque a Lei de Improbidade se aplica aos agentes políticos; segundo, porque, ainda que a regra não lhes fosse específica, poder-lhes-ia ser aplicada por meio da analogia; e terceiro, porque o vácuo legislativo, caso existisse, exigiria do juiz efetivo pronunciamento, inclusive com base nos princípios gerais do direito”, argumentou a desembargadora.



Para Nelma Padilha, Lei de Improbidade baseia afastamentos



Associação Alagoana de Magistrados – ALMAGIS
Assessoria de Comunicação – Clipping Diário

Clipping-Diário

Veículo
Tribuna Independente

Data
Sexta-feira, 06 de novembro de 2009

TRE vai iniciar coleta de dados biométricos

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador **Estácio Gama**, divulgou ontem as datas limites para que os eleitores dos sete municípios alagoanos onde serão utilizadas urnas biométricas nas eleições de 2010 compareçam para realizar a revisão cadastral. A coleta de dados biométricos terá início na próxima segunda-feira (09). Para Branquinha e Maribondo, o prazo encerra-se no dia 02 de fevereiro de 2010. Os eleitores de Coité do Nóia, Quebrangulo, São Miguel dos Milagres e Igaci têm até o dia 11 de fevereiro para realizar a revisão. Em Rio Largo, a revisão poderá ser feita até o dia 17 de fevereiro. O prazo poderá ser estendido até o dia 19 de março de 2010, caso seja necessário.



Página 2



Associação Alagoana de Magistrados – ALMAGIS
Assessoria de Comunicação – Clipping Diário

Clipping-Diário

Veículo
Tribuna Independente

Data
Sexta-feira, 06 de novembro de 2009

PMN cobra mandato de Arthur Lira na Justiça

Partido ajuizou ação de perda de mandato eletivo no último dia 26

PLÍNIO NICÁCIO

HOMERO DIONISIO
REPÓRTER

O Partido da Mobilização Nacional (PMN), na figura de seu presidente em Alagoas, o deputado federal Francisco Tenório, entrou com ação contra o deputado estadual Arthur Lira, pedindo a perda do mandato em decorrência de desfiliação sem justa causa.

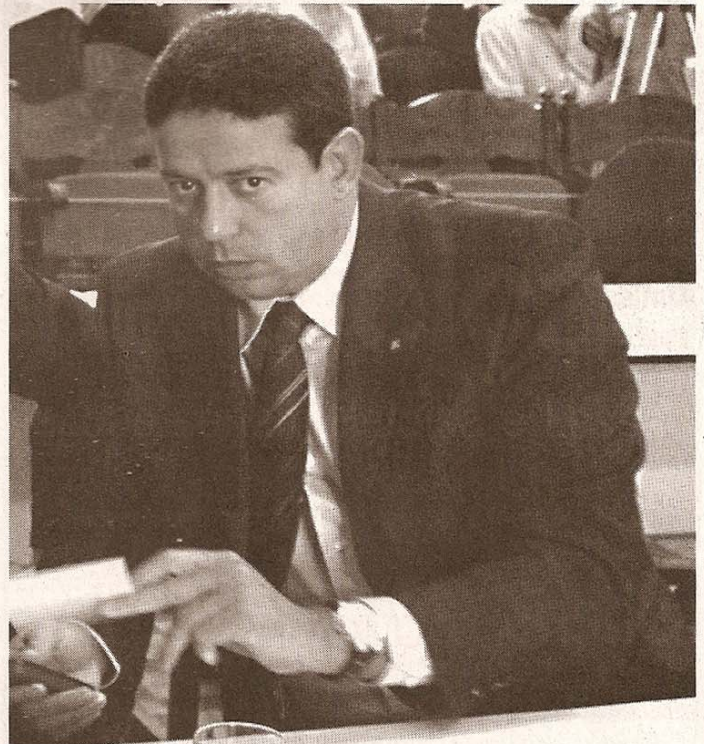
A ação foi impetrada no último dia 26, pouco depois de Lira ter denunciado que "sofreu ameaças políticas" de Tenório e que possuía "diversas provas, inclusive testemunhas", dos abusos cometidos pelo presidente do PMN.

Além de Lira, outros seis deputados deixaram o partido no mês passado, entre eles, Gilvan Barros (PDT) que, mesmo antes do PMN requerer seu mandato, ajuizou um pedido de justa causa para a

desfiliação. O pedido se encontra na Procuradoria Regional Eleitoral, tendo como relator o juiz André Granja e, segundo a assessoria do órgão, deve ser avaliado até a próxima terça-feira.

"Os motivos me permitem a justa causa. Nunca fomos convidados para as reuniões do partido. Havia imposições de quem estava se intitulando dono do partido; tratou o partido como uma propriedade. Ainda bem que existem esses requisitos que permitem a justa causa. Era um clima insuportável", desabafou Barros.

A **Tribuna Independente** tentou entrar em contato com Arthur Lira, sem sucesso. Tenório também foi procurado para se defender das acusações de autoritarismo, mas, segundo sua assessoria, ele estava em Brasília e não poderia comentar o assunto.



Arthur Lira denunciou abusos, mas PMN ajuizou ação no TRE



Associação Alagoana de Magistrados – ALMAGIS
Assessoria de Comunicação – Clipping Diário

Clipping-Diário

Veículo
Tribuna Independente

Data
Sexta-feira, 06 de novembro de 2009

TJ determina classificação de candidato a PM

O desembargador Eduardo José de Andrade, integrante da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL), determinou a classificação de Wendell Vieira Araújo Magalhães para as demais fases do concurso para soldado da Polícia Militar do Estado de Alagoas (PM/AL), no qual o candidato havia sido reprovado ao realizar o exame psicotécnico. A decisão foi publicada no Diário da Justiça Eletrônico de ontem.

O governo do Estado de Alagoas entrou com Apelação Cível, defendendo a legalidade do exame e, por conseguinte, a exclusão do candidato do concurso da PM/AL.

Entretanto, segundo o relator do processo, desembargador Eduardo José de Andrade, o ato administrativo desclassificatório foi ilegal. “O ingresso no quadro da Polícia Militar está vinculado a exame de sanidade mental e não a exame psicotécnico”, esclareceu.

Por fim, o desembargador-relator acrescentou que a ação do governo do Estado entra em confronto com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

“A sanidade mental do candidato só pode ser avaliada por uma junta médica, e não por mero exame psicotécnico, aplicado por psicólogo”, concluiu.

Página 9